

E. P. Thompson no Brasil

Marcelo Badaró Mattos
Professor do Departamento de história da
Universidade Federal Fluminense (UFF).

E. P. Thompson no Brasil

Neste artigo, pretende-se apresentar alguns resultados de uma pesquisa sobre a recepção e a fortuna crítica no Brasil da obra do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson. Nos limites deste texto buscou-se apresentar muito sucintamente a origem e o contexto da produção do historiador britânico, bem como a trajetória das referências a Thompson entre cientistas sociais e historiadores brasileiros para, em seguida, avaliar criticamente algumas referências ao historiador inglês, perceptíveis em determinados trabalhos recentes de historiadores do trabalho.

E. P. Thompson in Brazil

In this article it was thought to present some results of a research on the reception and the critical fortune in Brazil of the oeuvre of the Marxist English historian Edward Palmer Thompson. Within the scope of this text we tried to present the origin and the context of the British historian's production, as well as his trajectory and references among Brazilian social scientists and historians, in order to critically evaluate some references to the English historian, which are perceptible in determined recent studies of Labor historians.

Neste artigo, pretende-se apresentar alguns resultados de uma pesquisa sobre a recepção e a fortuna crítica no Brasil da obra do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson. A pesquisa propõe-se a avaliar a recepção da obra de E. P. Thompson no Brasil, observando quais dentre as referências conceituais e considerações por ele formuladas foram incorporadas e de que forma o foram, conforme as especificidades de cada especialidade do conhecimento.

Pretende-se colocar em discussão, através deste estudo, aspectos do diálogo mais recente entre a história e as demais ciências sociais, objetivo facilitado pela própria ênfase atribuída por E. P. Thompson a essas trocas, bem como pelo fato de existirem tanto cientistas sociais brasileiros que valorizam as discussões travadas por Thompson quanto historiadores que freqüentemente se propõem a dialogar com as ciências sociais de forma geral.

Neste espaço restrito, buscou-se apresentar muito sucintamente a origem e o contexto da produção do historiador britânico, bem como a trajetória das referências a Thompson entre cientistas sociais e historiadores brasileiros para, em seguida, avaliar criticamente algumas referências ao historiador inglês, perceptíveis em determinados trabalhos recentes de historiadores do trabalho. As propostas interpretativas expressas nos próprios textos de Thompson são resgatadas – ainda que rapidamente – para pô-las em diálogo com tais leituras recentes.

De forma a situar de forma rápida a produção de E. P. Thompson, é necessário localizar um debate que, desde a origem, rompia as fronteiras específicas da produção do conhecimento histórico. Em Thompson percebe-se a marca de uma geração, responsável pelo entendimento do marxismo como abertura crítica, formada por

historiadores sociais, mas não apenas historiadores, que ao longo das quatro décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial produziram algumas das mais importantes obras de análise sobre as sociedades humanas, citando, apenas para ficar nos exemplos mais conhecidos, os trabalhos de Maurice Dobb – espécie de “patriarca” do grupo –, Christopher Hill; Raymond Williams (que não era exatamente um historiador mas dialogou permanentemente com eles); Eric Hobsbawm; Perry Anderson (de uma geração mais jovem e de um diálogo mais tenso com os antecessores) e E. P. Thompson. É a partir dessa tradição que podemos entender suas contribuições para o debate sobre os conceitos de classe social e luta de classes.

Para corretamente avaliar tal tradição é necessário situar o contexto de seu surgimento nas décadas de 1950 e 1960, quando a diminuição das disparidades na distribuição de renda e a ampliação no poder de consumo da classe operária dos países industrializados europeus levaram alguns cientistas sociais a proclamarem o fim da classe operária e a homogeneização das sociedades de capitalismo avançado, com a afirmação de uma grande e homogênea “classe média”.

Vários questionamentos à tese do “aburguesamento” operário foram mais tarde levantados, tendo por base estudos sobre a classe operária no mundo do trabalho, na esfera da produção, e não apenas no âmbito do mercado de consumo.¹ Uma das contribuições mais ricas para esse debate viria de uma abordagem que destacava as matrizes culturais do comportamento operário. Richard Hoggart, embora reconhecendo a tendência a transformações profundas na classe operária, destacou a persistência de padrões de comportamento e valores tradicionais de classe, com base na observação ativa de uma comunidade operária, aliada à problematização de sua própria experiência de vida (HOGGART, s.d.). Apesar de seu trabalho preocupar-se principalmente com a circulação e repercussão de livros e periódicos ditos populares, a obra de Hoggart extrapolou tal limite te-

¹ O debate sobre essa questão é resumido em Goldthorpe (1968).

mático em direção a uma rica descrição etnográfica da vida familiar e comunitária do operariado britânico, em que se destaca a forma específica de classe em que novas situações sociais são lidas, através de lentes condicionadas pelas matrizes culturais tradicionais.

Papel semelhante teve o estudo sociológico coletivo *Coal is our life*, em que se procurava estudar o impacto da nacionalização das minas de carvão e de outras reformas sociais promovidas pelos governos de maioria trabalhista do pós-guerra sobre a vida dos mineiros britânicos. As constatações do trabalho, que inspiraria toda uma série de estudos de “comunidades operárias”, enfatizavam que, apesar de todas as mudanças da “nova era”, as divisões de classe e sua percepção pelos mineiros havia mudado muito pouco. A partir de uma perspectiva de classe muito nítida, os mineiros de carvão continuavam a manifestar um profundo antagonismo contra os administradores das mineradoras e contra os privilegiados da sociedade em geral. Existiam, entretanto, mudanças perceptíveis nas relações dos mineiros com o Partido Trabalhista, que apesar de bem votado nas comunidades mineiras parecia ter cada vez menos presença no cotidiano das comunidades (DENNIS, HENRIQUES & SLAUGHTER, 1969).²

Naquela conjuntura, o grupo de historiadores, ligados às questões da classe operária pela militância política no Partido Comunista Britânico, produzia uma série de contribuições que avançava em sentido análogo. Propunham – no interior dos marcos conceituais do marxismo – uma história não apenas econômica do capitalismo inglês, embora valorizassem a História Econômica. Forçando os limites da interpretação marxista dominante na época, ressaltavam a importância e a autonomia relativa de outros níveis de análise (político, social, cultural), destacando a relevância de estudos historicamente localizados em que tais níveis pudessem ser observados na sua dinâmica inter-relação (sobre esse grupo, ver SCHWARTZ, 1982).

² Um bom comentário sobre o livro de Dennis, Henriques & Slaughter (1969), em seu contexto, pode ser encontrado em Savage & Miles (1994, p. 4-5).

A partir dos debates desse grupo e de sua experiência na educação de jovens e adultos de origem operária, E. P. Thompson compôs, com seu *A formação da classe operária inglesa*, publicado em 1963, um estudo que, pela ênfase na dimensão cultural da classe e pela riqueza de uma análise que reconstituía importantes aspectos da vida comunitária dos trabalhadores “pré-industriais”, pode ser lido a partir de vários paralelos com outros trabalhos, do campo dos “estudos culturais” (tal como definia Raymond Williams), como o estudo de Hoggart ou as análises de comunidades por cientistas sociais, de *Coal is our life*, apesar das diferenças significativas quanto aos marcos conceituais (Cf. THOMPSON, 1987-1988).³

Nas décadas seguintes à publicação de *A formação...*, Thompson dedicou-se, no plano dos estudos históricos (pois a análise de sua trajetória pública bastante ativa fugiria aos limites deste artigo), a uma série de estudos sobre o século XVIII inglês, em que se destacava sua preocupação com a análise das formas específicas em que a dominação social e as lutas de classe assumiam numa fase anterior à revolução industrial e à definitiva implantação do capitalismo industrial.

Nesses estudos encontramos algumas referências mais diretas ao diálogo interdisciplinar travado por Thompson com as demais ciências sociais e, em particular, com a antropologia. Neste caso, Thompson refere-se a um “estímulo” antropológico, que pode significar a incorporação de temas caros aos estudos dos antropólogos – como os rituais e as normas –, ou o compartilhamento de um olhar mais atento às dimensões simbólicas da autoridade e da dominação. Conforme afirma em um dos textos que mais diretamente se refere ao diálogo história-antropologia, para ele e outros historiadores que compartilham preocupações semelhantes:

³ A comparação com o trabalho de Hoggart foi sugerida por Leve (1992) e já havia sido proposta pelos críticos do “culturalismo” de Thompson, que teve a oportunidade de rechaçar as críticas e de salientar as diferenças entre o marco teórico de seus estudos e o de Hoggart (cf. THOMPSON, 1984).

o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. (THOMPSON, 2001b, p. 229.)

Por outro lado, sempre que afirma a importância de tal diálogo interdisciplinar, Thompson frisa as diferenças entre a abordagem da história e a da antropologia, ou da sociologia. Para ele, uma relação com a “muito mais sofisticada disciplina da antropologia”, exigiria da história social uma atenção redobrada às dificuldades teóricas. No mesmo artigo acima citado, Thompson destaca a especificidade da história como disciplina do contexto e do processo:

Supõem-se algumas vezes que a antropologia possa fazer descobertas não apenas acerca de sociedades particulares, mas sobre as sociedades em geral, que funções ou estruturas básicas tenham sido reveladas e que, por mais sofisticadas ou disfarçadas que possam estar nas sociedades modernas, ainda fundamentam as formas modernas. Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. (Idem, p. 243.)

O recurso à interdisciplinaridade também foi justificado por Thompson a partir da preocupação com uma elaboração teórica aberta à crítica e à polêmica, que se mantivesse preocupada com o teste da empiria. No entanto, também aí mantinha a preocupação com as especificidades da história:

Acho que a história tem necessidade de uma armação teórica (...) é melhor que a teoria passe pela crítica e pela polêmica, em vez de ser

essa elaboração de estruturas teóricas desligadas de qualquer crítica e de qualquer pesquisa empíric (...) O que implica uma atitude totalmente diferente diante da teoria. É preciso estar alerta para todos os pressupostos que puderam insinuar-se em cada etapa; creio que isso também quer dizer que é necessário ler muito de outras disciplinas; é preciso, além disso, estar a par das inovações teóricas da antropologia e da sociologia, permanecendo ao mesmo tempo prudente, pois não se trata de aceitá-las em bloco. (ENTREVISTA, 1997, p. 173.)

Manter o diálogo, sem perder de vista o lugar específico em que o produz, parece ser a proposta que Thompson apresenta aos historiadores interessados no contato com as ciências sociais em geral e a antropologia em particular. Sua proposta, entretanto, não fazia sentido apenas para os historiadores, mas interessou também cientistas sociais atentos para os aportes da historiografia. Vejamos como isso se manifestou no Brasil.

E.P. Thompson entre os cientistas sociais brasileiros

Talvez por essa origem de seus estudos, em si já bastante marcada pelo recorte interdisciplinar, explique-se o fato sintomático de que este historiador inglês tenha sido inicialmente tomado como referência no Brasil, por estudos da área das ciências sociais. Assim é que os estudos de Thompson sobre os motins de alimentos no século XVIII inglês serviram como inspiração para a análise dos quebra-quebras de trens no Brasil dos anos 1970. José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier tentam explicar uma seqüência significativa de episódios semelhantes de quebra-quebras, buscando fugir à idéia de que representariam episódios completamente espontâneos de violência incontida de uma massa economicamente submetida a grande arrocho. Na literatura da história social que procura explicar os movimentos de revoltas da multidão no período pré-industrial – Rudé,

Hobsbawm e Thompson – Moisés e Alier buscam uma explicação que destaque as motivações e o sentido político de mobilizações que possuem uma racionalidade própria (MOISÉS & ALIER, 1978).

Já a definição de classe social como processo e relação, característica da obra de Thompson a partir de *A formação...*, seria citada por estudos sociológicos a respeito do novo sindicalismo (fenômeno que irrompe na cena política brasileira a partir das greves dos metalúrgicos do ABC em 1978). Um dos mais significativos é o de Sader, que toma o conceito de experiência de Thompson como central para sua reflexão sobre a emergência dos novos movimentos sociais em fins dos anos 1970 (cf. p. ex. SADER, 1988, p. 44). Na discussão de Sader encontramos uma das marcas características dos estudos sobre movimento operário no Brasil produzidos na época, a combinação de referências a Thompson com recursos a autores que trataram de representações e imaginário em termos não marxistas, como Castoriadis e que tomaram as relações de poder como transcendendo a dominação de classes, descrevendo conflitos e resistências como reações ao “controle social”, nos termos de Michel Foucault.

Combinações de leituras são de responsabilidade de quem as faz, não dos autores lidos. Cabe assinalar que referências cruzadas desse tipo não encontrariam respaldo nos textos de Thompson da época, que criticavam a noção de controle social e sublinhavam os limites dos estudos e das políticas que se centravam nos aspectos identitários e nas representações, defendendo a necessidade de uma intervenção pautada pela perspectiva política classista e por uma referência na grande política (cf. o prefácio de THOMPSON, 1980 & THOMPSON, 1991).

No caso da antropologia, José Sérgio Leite Lopes destacou como a combinação de referências dos “estudos de historiadores sociais, preocupados com as mentalidades coletivas da classe trabalhadora (...) cujo ponto culminante é o livro de Thompson, *The making of the english working class*” com os estudos antropológicos de comunidades foram importantes para a geração de uma problemática antropológica na literatura especializada sobre a classe operária:

Isto é, uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida dessa classe, mas enfatizando a sua prática cotidiana, as suas tradições, a sua diferenciação interna, o seu pensamento, a sua internalização subjetiva de suas condições materiais de existência. (LOPES, 1987, p. 12.)

Um excelente exemplo de como tal problemática se traduziu em estudos específicos é dado pela própria obra de José Sérgio Leite Lopes. Em *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, analisando a trajetória das formas de dominação e as manifestações do conflito de classes numa das maiores (a maior durante alguns anos) indústrias do ramo têxtil no Brasil, localizada em Paulista, cidade vizinha a Recife, José Sérgio recorre a Thompson em diversos momentos.

As formas e modos de dominação política e de classe são compreendidos a partir das discussões de Thompson – assim como dos aportes de Pierre Bourdieu – “enfatizando tanto esta interiorização da dominação, e também da resistência à dominação, quanto os aspectos propriamente simbólicos por ela assumida” (LOPES, 1988, p. 21).

O autor também se referencia em Thompson para definir classe e consciência de classe, enfatizando o caráter de (auto)construção histórica e cultural da classe (Idem, p. 22). Na análise das formas de dominação encetadas pela empresa (o “modo paulista de dominação”) e das resistências a essas formas pelos trabalhadores, José Sérgio recorre às análises de Thompson sobre a “teatralização da dominação” e o “contra-teatro do terror popular” (Idem, p. 215 e 586).

Destaque-se ainda o recurso pioneiro às referências de Thompson à lei e ao direito, em *Senhores e caçadores*, para rediscutir a relação da classe trabalhadora brasileira com o direito trabalhista instituído na Era Vargas, uma discussão que foi retomada e ampliada pela historiografia a partir da década seguinte (Idem, ibidem, p. 359).

Essa presença de Thompson como referência nas obras dos cientistas sociais manteve-se ao longo dos anos 1980 e 1990. Uma boa

amostra pode ser buscada nas referências ao historiador inglês presentes em artigos da principal revista brasileira da área, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), publicada pela ANPOCS. Acompanhando os números de 1 a 50 da RBCS, pudemos constatar a presença de referências a E. P. Thompson em doze artigos, de onze edições do periódico acadêmico, entre os anos de 1986 e 1998. Numa apreciação geral pode-se dizer que se esse autor não é um dos “campeões de citações” entre os artigos da RBCS, a constância com que aparece não é desprezível.

Os textos de Thompson citados foram: *A formação da classe operária inglesa* (1987-1988); *A economia moral da multidão* (1998a); *Exterminismo e Guerra Fria* (1985); *A miséria da teoria* (1981a); *Modos de dominação e revoluções na Inglaterra* (2001a); *Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial* (1998b); *Costumes em comum* (1998) e *Senhores e caçadores* (1987).⁴ Os dois primeiros foram citados mais de uma vez (cinco vezes no caso de *A formação...*). Ou seja, praticamente toda a obra do historiador inglês circulou nos debates dos cientistas sociais.

Tais textos foram citados para tratar de temas como os aspectos simbólicos e religiosos da luta de classes, o conceito de classe social, o marxismo, as revoltas da multidão e a ecologia. Como o primeiro tema é mais freqüente, pode-se dizer que foram aqueles pontos em que Thompson afirmou ter tido mais “inspirações” antropológicas os que mais repercutiram no debate dos cientistas sociais brasileiros. Note-se, porém, que não há referências a uma contribuição propriamente teórica do autor para os debates entre história e antropologia ou demais Ciências Sociais.

⁴ Respeitei aqui a forma como os textos foram citados pelos artigos, traduzindo apenas os títulos, pois alguns foram citados no original. Não fiz distinção entre artigos de pesquisadores brasileiros e traduções, pois a escolha dos autores traduzidos revela opções teoricamente orientadas dos editores brasileiros da revista.

Entre os historiadores

Entre os historiadores, um bom indicador da importância da referência a Thompson no Brasil pode ser encontrado na coletânea de entrevistas *Conversas com historiadores brasileiros*, que reúne depoimentos de quinze entre os mais destacados representantes da área (MORAES & REGO, 2002). Destes, sete mencionam explicitamente a importância do referencial thompsoniano em seus trabalhos. Há, entre os demais, pelo menos uma outra depoente que, embora não mencione essa referência, faz dela uso direto em seus trabalhos.⁵ Portanto, nota-se a importância da obra de Thompson no Brasil entre todas as gerações de historiadores ainda ativos, dos formados nos anos 1950, aos que foram seus alunos nos anos 1970 e começaram a publicar seus trabalhos na década de 1980.

No depoimento de Emília Viotti da Costa, por exemplo, o historiador inglês aparece listado entre os historiadores que mais a influenciaram e é retomado, juntamente com Eric Hobsbawm e Raymond Williams para caracterizar o marxismo como um “pensamento vivo” e tais pensadores como os “que produziram maior impacto em minha geração” (MORAES & REGO, 2002, p. 70 e 81).

Tal referência a Thompson como representante do marxismo como “pensamento vivo” não é, entretanto, a única nos depoimentos. Há várias menções ao impacto das leituras de Thompson para o estudo de temas e questões específicas. João José Reis, por exemplo, ao tratar de sua obra *A morte é uma festa* (REIS, 2003), sobre o episódio de um levante urbano em Salvador na primeira metade do século XIX, conhecido como a “cemiterrada”, afirma que “com o risco de abusar de um conceito usado por Thompson para um fenômeno

⁵ Os entrevistados que mencionam E. P. Thompson são Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Maria Odila da Silva Dias, Ciro Flamarion Cardoso, Edgard De Decca, João José Reis e Laura de Mello e Souza. Também é entrevistada Angela de Castro Gomes que, embora não mencione Thompson na entrevista, recorre à obra do historiador britânico em Gomes (1988).

específico, talvez eu possa dizer que tratei a cemiterrada como expressão de uma economia moral do sentimento religioso” (MORAES & REGO, 2002, p. 330).

Na entrevista de Laura de Mello e Souza, Thompson aparece como “de certa forma”, um representante de uma historiografia “mais voltada para temas da marginalidade” (MORAES & REGO, 2002, p. 374), explicando assim sua influência na construção do livro *Os desclassificados do ouro* (SOUZA, 1982).⁶

Em se tratando de E. P. Thompson não poderia deixar de haver polêmica, ainda que centrada nos usos de sua obra entre nós. É o que podemos constatar do trecho da entrevista de Ciro Cardoso, em que este afirma: “o Thompson é muito bom; o que eu andei criticando muito, na época, foi a tentativa de casar Thompson e Castoriadis feita na Unicamp. Tentaram juntar um filósofo de direita e que não trabalha com o conceito de classe social, como é o Castoriadis, com um pensador de esquerda” (MORAES & REGO, 2002, p. 228; cf. tb. p. 234).

O ponto é explorado na entrevista com Edgard De Decca, representante da Unicamp na coletânea, através de uma pergunta em que os entrevistadores afirmam que “na Unicamp se estabeleceu a convergência entre a historiografia marxista inglesa com tradições filosóficas francesas representadas, por exemplo, por Foucault e Castoriadis”. Na resposta, De Decca afirma que considera a renovação historiográfica menos como obra da “história nova” (a terceira geração dos *Annales*), e “mais nessa tendência que surgiu da confluência entre a história marxista da nova esquerda com as correntes da filosofia da diferença, de Michel Foucault. O que ocorre é que elas abrem duas perspectivas complementares: o pensamento da margem e o pensamento da individualidade. A história que se fazia então era a história dos coletivos, dos grandes silêncios, dos grandes sujeitos. Aí

⁶ No livro, Thompson é referido pelos seus artigos na coletânea coordenada por Hay (1975) e por *Senhores e caçadores* (THOMPSON, 1987), para destacar como essas obras evidenciam “o caráter violentamente classista da justiça” (SOUZA, 1982, p. 121, nota 116).

se começou a interpelar as margens, a revolução perdia o horizonte coletivo. Ato revolucionário então passa a ser a atitude que se tem perante normas, regras, instituições etc.” (Idem, p. 279-280).

Por isso, De Decca destaca a responsabilidade da Unicamp por ter introduzido uma vertente historiográfica que chamava a atenção para a luta de classes (e menciona sua iniciativa de traduzir *The making...*), mas para dizer que, com Thompson, “começamos a aprofundar a questão do fazer-se dos sujeitos históricos, como os sujeitos históricos se constituíam”. Precisa, porém, de que sujeitos trata ao afirmar:

Nós não vamos estudar os grandes sujeitos históricos, mas os sujeitos anônimos, os ‘pequenos sujeitos’. Então o nosso projeto tinha um horizonte bastante nítido nesse aspecto. E nós tínhamos um respaldo intelectual enorme. Com o Thompson, com o Hobsbawm, você nunca está mal acompanhado (Idem, p. 272).⁷

Nesse caso, há que se concordar com Ciro Cardoso em sua crítica ao uso eclético e ao “casamento” de difícil conciliação entre Thompson e Castoriadis ou Foucault. Pelos termos do comentário de De Decca parece produzir-se uma suposta “confluência” entre autores de matriz muito distinta, afirmando “complementaridade” onde muitas vezes se explicita não apenas diferença, mas oposição de idéias. Se em Thompson há vários estudos sobre questões desconsideradas pela historiografia tradicional – como cerimônias de trocas de esposas, músicas jocosas, ou mesmo os motins do pão – seu objeto jamais pode ser definido como “os pequenos sujeitos”, pois trata da classe operária em formação, da “plebe” inglesa do século XVIII, dos modos de dominação, ou seja, de temas e questões que

⁷ É interessante notar que no livro mais conhecido de Edgard De Decca (1991), não há qualquer referência a Thompson e o debate teórico se fazia a partir do marxismo “clássico”, com Marx e Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Louis Althusser.

envolvem sim os “grandes sujeitos” da história, as classes sociais e suas lutas. Em Thompson também não parece existir respaldo para idéias como a de que “a revolução perdeu o horizonte coletivo” ou de que “ato revolucionário” passou a ser o questionamento de normas e instituições, ou seja, de que o enfoque nos “pequenos sujeitos” é homólogo à ênfase na “pequena política”.

Parece-nos sim, neste caso, que se trata de buscar “o respaldo intelectual enorme” da historiografia marxista britânica, mas para fazer cumprir o programa da historiografia francesa da terceira geração dos *Annales* que a princípio se nega, ou se procura contornar através da referência a filósofos, como Foucault e Castoriadis, que ao fim e ao cabo também influenciaram os historiadores franceses da “nova história”.

Ressalte-se que essa leitura de Thompson não é exclusiva de De Decca, ou da “historiografia da Unicamp”, que ele fortemente contrapõe à tradição uspiana. Na mesma coletânea de entrevistas encontramos afirmações bem semelhantes nos comentários justamente de Fernando Novais, representante maior da historiografia da USP em sua geração. Para Novais, “da terceira geração [dos *Annales*] participa o Vovelle, que continua sendo marxista; e, ao mesmo tempo, o trabalho de Thompson poderia estar na Nova História” (Idem, p. 130).

Um apanhado menos que superficial das referências à obra de E. P. Thompson na historiografia brasileira deve estar atento a diversas áreas. Seus estudos sobre movimentos de protesto coletivo e motins da multidão tiveram forte influência sobre os estudos de historiadores brasileiros a respeito de motins urbanos, à exemplo da revolta da vacina no Rio de Janeiro da primeira década do século xx. As análises de Thompson sobre a lei e o crime influenciaram muitas pesquisas sobre a legislação brasileira e as formas de criminalização dos modos de viver das populações pobres e trabalhadoras, tanto no período mais recente, quanto sob a vigência da escravidão. Estudos sobre a escravidão, aliás, foram em grande parte renovados nos anos 1980

buscando em Thompson fonte de inspiração. Também no campo das análises sobre a “cultura popular” e nos debates teóricos sobre a “história cultural”, E. P. Thompson é presença marcante entre os historiadores brasileiros. Para os limites deste artigo nos contentaremos, entretanto, em avaliar sua repercussão naquela especialidade do conhecimento que mais diretamente foi afetada por sua obra: nos estudos sobre a classe trabalhadora, suas organizações, movimentos e relações com o Estado e as classes dominantes.

Thompson e a história do movimento operário no Brasil

No que tange aos estudos sobre a classe trabalhadora, Claudio Batalha já apontou a importância tanto da emergência das greves do ABC, quanto “a contribuição e influência da produção historiográfica vinda do exterior”, para a renovação dos estudos produzidos nos anos 1980. Segundo ele, “um papel primordial coube à historiografia marxista inglesa, particularmente *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson” (BATALHA, 2001, p. 152).

Os estudos publicados na virada dos anos 1970 para os 1980, centrados principalmente na análise da formação da classe operária no Brasil, introduziram, progressivamente, referências ao historiador inglês. É o caso do texto escrito entre 1979 e 1981 e publicado no ano seguinte por Hardman & Leonardi (1982). No livro há referências a Thompson já no prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, que tentava mostrar como a definição de classe a partir de Thompson permitia romper com visões sobre a anomia ou fragilidade da classe operária no Brasil. Dizia ele:

A classe operária deve ser definida, como já lembrou E. P. Thompson, pelos trabalhadores como eles vivem a sua própria história; a classe é a consciência que emerge da luta de classes. Conseqüentemente, nenhuma experiência de uma classe operária pode ser considerada mais

“verdadeira” do que outra. Não há nenhum sentido em submeter o proletariado brasileiro a uma competição com o proletariado de outros países, atribuindo ao nosso uma classificação patológica: fraco, apático, sofrendo de uma falsa consciência aguda, e às vezes até como incapaz de sua missão histórica, e assim por diante” (PINHEIRO, 1982, p. 14).

O mesmo tipo de preocupação parecia estar embalando as revisões sobre os estudos a respeito da classe trabalhadora produzidos sob a égide da sociologia industrial ou do trabalho. Diante do retomar das lutas operárias a partir de 1978, indagavam-se as interpretações do passado operário brasileiro, revendo imagens de determinação estrutural de uma subordinação da classe, desprovida de iniciativa histórica. É o tipo de análise que compõe a resenha de Paoli, Sader & Telles, publicada pela *Revista Brasileira de História*, em 1983. Embora Thompson não seja ali explicitamente citado (ao contrário de Castoriadis, que aparece no título e em referência no primeiro parágrafo do texto), percebe-se a presença de uma dada leitura de seu conceito de experiência e de agência dos sujeitos, que, como vimos, estava presente de forma mais explícita em outros trabalhos dos autores da resenha:

Impressionados pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados, muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. Foi então questionada uma imagem construída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao Estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira. Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sen-

tido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade. E foi precisamente isso que estruturou nossa questão e nos levou a pensar as obras do período anterior como compondo um paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emergja de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta (PAOLI, SADER & TELLES, 1983, p. 131-132).

Retomando a discussão de Hardman e Leonardi, Thompson aparece em seu estudo, também a partir da discussão sobre “um determinado conceito de classe, que fugindo às classificações acadêmicas e sociologizantes, as quais esvaziam historicamente seu sentido, ao defini-lo enquanto ‘estrutura’ ou ‘categoria’, tenta apreendê-lo concretamente” (HARDMAN e LEONARDI, 1982, p. 317-318). E passam então a citar Thompson, em algumas das famosas passagens do “Prefácio” de *A formação...* Interessante notar que os autores fazem uma ressalva à idéia que acreditam estar em Thompson, de uma “cultura operária”. Definindo cultura à maneira de Williams em *Cultura e sociedade*, como “todo um modo de vida”, entendem, a partir de Trotsky, que não há possibilidade de uma “cultura operária”, pois cada classe dominante forma a cultura dominante de sua época. A idéia de uma cultura proletária seria relativa mesmo na fase de transição para a sociedade socialista, pois embora os proletários imprimam aí sua marca à produção cultural, a tendência deveria ser à supressão das classes, perdendo sentido o problema de uma cultura de classes (Idem, p. 318-319). Tal viés de diálogo entre Thompson e Trotsky não se reproduziria com freqüência no debate da historiografia posterior.

O impulso maior de difusão da referência a E. P. Thompson, porém, viria posteriormente à publicação em português de seu *Formação da classe operária inglesa*, em 1987 e os anos 1980-1990 são profundamente marcados por essa presença.⁸ Além dessa re-

⁸ Cabe ressaltar que tanto a *A miséria da Teoria* (THOMPSON, 1981a), quanto *Exterminismo e Guerra Fria* (THOMPSON, 1985), já estavam traduzidos antes de *A formação...*, mas a maior parte das referências ao autor encontradas entre pesquisadores brasileiros até o

ferência mais freqüente a Thompson, outra característica dos estudos mais recentes na história social do trabalho brasileira é o avanço recorrente de seus recortes cronológicos de pesquisa para o período pós-1930.

Um bom exemplo é a obra *A Invenção do Trabalhismo* de Ângela Gomes, que, publicada em 1988, logo se transformou em referência fundamental dos estudos posteriores sobre as relações entre trabalhadores e Estado na Era Vargas (embora também apresente uma contribuição muito significativa para o debate sobre o movimento operário na Primeira República). Nela a autora recorre a Thompson em diversas passagens e, particularmente na “Introdução”, destaca a referência à concepção de formação da classe do historiador inglês, pensada como sendo “tanto um fato de história econômica quanto um fato de história política e cultural” (GOMES, 1988, p. 16). Tal aporte foi decisivo para uma análise que destacou a “palavra operária” no processo de formação da classe nos anos anteriores à chegada de Vargas ao poder, bem como para uma percepção dos trabalhadores como sujeitos conscientes no processo de implantação da proposta trabalhista.

Toda uma seqüência posterior de estudos buscou, abordando o período compreendido entre o fim da ditadura do Estado Novo e o início da ditadura militar, rever os usos tradicionais da caracterização do período como marcado pelo populismo – e em especial a idéia de um sindicalismo populista – para destacar o papel ativo dos trabalhadores e suas organizações no período. Sob a influência de Thompson, tais estudos procuraram pautar-se pela valorização da “agência” da classe trabalhadora. Um dos caminhos mais profícuos de análise com tal referência foi o estudo das formas pelas quais os trabalhadores perceberam a legislação trabalhista, lutando para materializar em direitos efetivos o que se inscrevera na lei.

fim dos anos 1980 eram feitas a partir de edições estrangeiras de *A formação...* e de coletânea espanhola (THOMPSON, 1979).

É o que faz Alexandre Fortes, quando reivindica Thompson para afirmar que a intenção de seu trabalho é

realizar uma história social da política considerando, como Thompson, que a construção de direitos perpassa a própria formação da classe trabalhadora, e deita raízes nas características culturais peculiares assumidas pelas suas configurações em diferentes contextos históricos (FORTES, 2004, p. 21).⁹

Porém, se o recurso a Thompson como referência aproxima muitos desses estudos recentes, há diferenças significativas nas leituras que cada um deles fazem desse referencial thompsoniano. Alguns exemplos dessa diversidade de leituras podem ser buscados no debate sobre o populismo e as relações entre Estado e trabalhadores no período 1945-1964.¹⁰

Os estudos acadêmicos sobre a classe trabalhadora e o sindicalismo no Brasil viveram certos ciclos, quanto às linhas interpretativas mais gerais. De início, predominaram as abordagens centradas na caracterização da origem (rural, recente etc.) da classe operária, como fator determinante dos padrões de sua ação coletiva.¹¹ As críticas mais contundentes a esse primeiro ciclo de análises, deram destaque ao aspecto essencialmente político da ação coletiva da classe, valorizando as concepções e práticas da vanguarda política (o PCB e suas lideranças) na explicação dos caminhos da ação sindical (é o caso dos trabalhos de WEFFORT, 1973, 1978, 1978a e 1979).

Embora excludentes nos princípios, esses dois referenciais de análise tenderam a caracterizar a classe trabalhadora no Brasil, em especial

⁹ Uma abordagem semelhante perpassa o conjunto dos artigos reunidos na obra coletiva Fortes (1999).

¹⁰ Fazemos uma análise mais ampla desse debate no primeiro capítulo de Mattos (2003).

¹¹ Essa marca encontra-se de forma mais ou menos enfática nos trabalhos pioneiros de Simão (1966); Rodrigues (1968) e Rodrigues (1966). De forma paradigmática, ela é sintetizada em Rodrigues (1970).

no período anterior a 1964, no negativo. Comparando a classe e o sindicato a modelos internacionais ou comparando o momento anterior ao golpe militar ao período posterior à erupção do novo sindicalismo, no pós-1978, tendeu-se a definir o movimento operário daquele período como pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado.

Hoje já é possível listar muitos exemplos de trabalhos que questionam os limites das análises centradas em tal caracterização do “sindicalismo populista”. Mas o debate sobre o populismo foi além, incluindo uma revisão do conceito, que para alguns deveria ser completamente abandonado e para outros, restringido a sua dimensão mais estritamente política, tendendo a circunscrever-se a uma caracterização da forma de exercício da dominação no plano do Estado, naquele período.

Essa segunda linha de análise, que restringe a abrangência do conceito, é adotada por Hélio da Costa e Fernando T. da Silva, em artigo no qual caracterizam o populismo como “um espaço de lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, tornando-se um campo, portanto, mais complexo e dinâmico do que pressupunham as teses que reforçavam a imagem de uma classe operária passiva e manipulada pelo Estado” (COSTA & SILVA, 2001, p. 271). Para sustentarem sua análise os autores recorrem aos estudos de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e justiça na Inglaterra do século XVIII, buscando ali “alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson [que] permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do ‘modelo paternalista’ os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido” (Idem, p. 224).¹²

¹² Vale ressaltar que os autores reconhecem a origem gramsciana do uso que Thompson faz do conceito de hegemonia e um desenvolvimento dessa linha de análise sobre o populismo poderia ser buscado nas referências do próprio Gramsci sobre hegemonia e sobre a “revolução passiva” nos casos históricos em que uma dominação hegemônica não se apresenta de forma plena. Ver sobre este aspecto Gramsci (2000).

A crítica às teses que caracterizaram a classe como passiva e manipulada são compartilhadas por Jorge Ferreira, em outro ensaio sobre o tema do populismo. Suas conclusões, porém são distintas das de Hélio da Costa e Fernando da Silva, já que propõe a rejeição do termo populismo e sua substituição por trabalhismo. Tal proposta também busca sustentação em referências a Thompson, mas de uma forma muito distinta. Assim, em uma análise das relações entre Estado e trabalhadores no pós-1945, encontramos Thompson associado aos mais diversos autores que estudaram a “cultura popular”, como se essa combinação eclética pudesse ser capaz de superar as visões mais simplistas sobre o fenômeno do populismo. Thompson surge em meio a Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke, Robert Darnton, Natalie Davis, Giovanni Levi, como historiadores que “passaram a utilizar o conceito de cultura – categoria até então restrita às análises antropológicas”, além de ser associado a uma “narrativa densa” (talvez numa referência não explicitada à descrição densa de Gertz). Tudo isso compatibilizado com o subtítulo “De Gramsci a Ginzburg, de Foucault a Thompson” (FERREIRA, 2001, p. 96-98).

O resultado de uma tal mescla teórica é uma análise que trata o ideário getulista/trabalhista como correspondendo literalmente à consciência de classe dos trabalhadores brasileiros da época: “Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica” (Idem, p. 103). Ou seja, da crítica ao conceito de populismo chega-se à valoração positiva de uma proposta característica, na época, de uma perspectiva de intervenção política de setores dominantes pautada pela conciliação de classes – o trabalhismo – não apenas como conceito substitutivo, mas como correspondente à própria consciência da classe naquele momento. E Thompson aparece como referência para tais conclusões.

Do nosso ponto de vista, trata-se aí de uma clara tentativa de “domesticação” das propostas interpretativas do historiador inglês. Uma domesticação que é perpassada por um viés “culturalista”, de difícil

associação com os textos de Thompson. Por culturalismo, entende-se, como define Aijaz Ahmad “uma ideologia (...) que trata a ‘cultura’ não apenas como um forte aspecto de organização e comunicação social, mas como uma instância determinante” (AHMAD, 2002, p. 9).¹³ Também em Ahmad, buscou-se a definição de domesticação, por ele apresentada para definir uma apropriação dos conceitos e dos propósitos de Gramsci, inscritos no território do marxismo, por uma proposta política e por uma leitura acadêmica que apresentam como centrais no pensamento do autor italiano apenas a discussão da democracia e as temáticas da cultura. Segundo Ahmad,

quando os escritos de Gramsci surgiram na França e nos países anglo-saxões, o eurocomunismo havia se tornado a tendência predominante na política de esquerda e as rebeliões de 1968-1969 nos *campi* universitários haviam dado lugar a uma teoria radical, por meio de diversas disciplinas acadêmicas, que era *culturalista* no sentido exato que postulava o reino da cultura como autônomo e primário. É melhor reconhecer, penso, que o Gramsci que chegou a nós foi filtrado por meio de leituras eurocomunistas e culturalistas (Idem, p. 259).

No Brasil, porém, mais que de Gramsci, é de Thompson que encontramos com maior frequência as leituras domesticadas pelo culturalismo. Thompson é reivindicado como um dos “modelos” da história cultural por brasileiros, que chegam a defini-lo, como o faz Ronaldo Vainfas, como “uma espécie de ‘versão marxista’ da história cultural”, no texto identificada como uma evolução da “história das mentalidades” de matriz francesa (VAINFAS, 1997, p. 155). Tal perspectiva permite toda a sorte de reducionismos sobre a obra do historiador inglês, como as afirmações de que ela “parte de um marxismo mais convencional (estudo de ideologias, consciências de classe etc.)

¹³ Para uma outra noção de “culturalismo”, que associa o termo a uma vertente fundadora dos estudos culturais ingleses, que comportaria Thompson ao lado de Raymond Williams e Richard Hoggart ver Hall (2002).

para um conceito mais elástico e histórico-antropológico de cultura popular”, ou que “o conceito de cultura popular de Thompson exprime, sem deixar de ser marxista, um relativo afastamento do autor em relação à tradição marxista britânica”, ou ainda, que “em Thompson o que importa é desvendar a identidade sociocultural das classes subalternas no contexto específico da formação do capitalismo, o que faz de sua obra um modelo para o estudo da formação da ordem burguesa na ótica dos ‘vencidos’” (Idem, p. 157).

Com certeza, entretanto, esse não é um uso consensual dos textos de Thompson, pois que ele mesmo rebateu de forma definitiva as acusações de culturalismo nas polêmicas que se seguiram à publicação do seu livro *Miséria da Teoria*. No tom duro de um debate que empreendeu em 1979, Thompson partiu de um “repúdio sem reservas ao epíteto de ‘culturalismo’ aplicado à tradição historiográfica marxista da qual é considerado representante”, para lembrar que, quando criticou, em 1961, o livro de Raymond Williams, *A longa revolução*,¹⁴ procurou opor às pretensões de Williams a uma “história cultural”, como história de “todo um sistema de vida”, o contraponto marxista da história “como todo um sistema de luta”. Assim, para Thompson: “Cada teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura” (Thompson, 1984, p. 301 e 303-304).¹⁵

Por que então o recurso a Thompson para operar-se a domesticação aqui discutida? Uma possível resposta talvez esteja no fato de que, no interior do debate que travou contra o que considerava uma perspectiva determinista do marxismo, Thompson tenha sido acusado de culturalista por outros marxistas. Recorrer a Thompson seria, nesse sentido, uma busca de legitimação no interior do próprio debate marxista para o culturalismo praticado pelos seus “usuários”.

¹⁴ Williams à época mantinha uma atitude de crítica ativa ao marxismo, que depois reveria, como pode ser constatado no prefácio de Williams (1979).

¹⁵ Cabe lembrar que esta também parece ter sido a compreensão posterior de Williams, quando propugna, em seu *Marxismo e literatura*, uma “história materialista da cultura”.

Porém, é pouco autorizada uma leitura que despreze em Thompson suas formulações sobre a “simultaneidade” das manifestações normalmente compartimentadas como “econômicas” ou “culturais”, por ele entendidas como igualmente constitutivas do modo de produção. Seguindo Ellen Wood:

O argumento de Thompson sobre a simultaneidade das expressões “econômicas” e “culturais” de qualquer modo de produção tem dois lados inseparáveis e igualmente importantes. O primeiro (...) insiste que ideologia e cultura têm uma “lógica” própria que constitui um elemento “autêntico” nos processos sociais e históricos. (...) O outro lado do argumento é que, dado que os efeitos determinados do modo de produção operam simultaneamente na esfera “econômica” e na “não-econômica”, eles são também ubíquos. O argumento não pretende negar nem reduzir a importância dos efeitos determinativos do modo de produção, mas, ao contrário, reforçar a proposição de que eles são “operacionais o tempo todo” e em toda parte. Em outras palavras, é possível que o materialismo de Thompson atinja seu ápice no exato momento em que ele se recusa a privilegiar a “economia” em relação à “cultura”. Na verdade, a insistência na “simultaneidade” se apresenta não como afastamento ou correção do materialismo clássico marxista, mas como um polimento das palavras do próprio Marx. (WOOD, 2003, p. 61-62)

É neste sentido que podemos entender como Thompson procurou resgatar a questão da “determinação do ser social sobre a consciência social”, contestando ao mesmo tempo a associação do ser social exclusivamente à metáfora da base econômica e defendendo que há uma “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”. Vida material, vida social e vida cultural, encaradas a partir da dimensão fundamental do conflito social e diante dessa simultaneidade de manifestações, são vistas, portanto, de uma forma que procura equilibrar o peso das determinações objetivas e da ação das classes como sujeitos da história:

A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 2001, p. 263).

Na definição de classe – como processo e relação – esposada por Thompson, a dimensão do conflito, bem como a da dominação que lhe explica, são elementos que não se pode expurgar para se chegar à consciência:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (Idem, p. 274).¹⁶

Do ponto de vista aqui assumido, a dificuldade não está, portanto, no uso de referências a Thompson, mas justamente na tentativa de domesticar um autor que compartilha um referencial marxista assumido, que o leva a formular propostas interpretativas voltadas para

¹⁶ Sobre os usos dessa noção em estudos históricos sobre o século XVIII inglês, o trabalho mais amplo de Thompson encontra-se reunido em *Costumes em Comum* (1998).

a explicação de modos de dominação social em meio à dinâmica do conflito, da luta de classes. Pensar a classe através de Thompson, desprezando a luta de classes para chegar a uma idéia de consciência da classe trabalhadora como legitimamente representada na proposta política dos dominadores é, para dizer pouco, uma contradição.

Embora reconhecendo a possibilidade quase ilimitada de leituras e iluminações que uma obra tão rica quanto a de E. P. Thompson pode gerar, acreditamos que é muito difícil buscar num autor como ele o arcabouço para análises sobre a classe trabalhadora que desprezam elementos centrais a sua reflexão, como a questão da dominação e a dinâmica da luta de classes. Mas, a tentativa de domesticação de Thompson não é um fenômeno isolado. A estigmatização do marxismo tem sido o tom dominante de estudos recentes e se Thompson atravessou como referência importante os estudos sobre a classe trabalhadora brasileira desenvolvidos nos últimos trinta anos, isto não se fez sem que também essa referência fosse atingida pelo vendaval antimarxista. Se descartá-lo seria impossível, pois que alicerçara muito do que fora escrito nos anos anteriores, a saída para alguns foi reduzi-lo a mais um entre tantos outros pensadores da cultura.

Referências bibliográficas

- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 145-158.
- COSTA, Hélio da & SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.
- DE DECCA, Edgard. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- DENNIS, Norman; HENRIQUES, Fernando & SLAUGHTER, Clifford. *Coal is our life*. Londres: Tavistock, 1969.
- ENTREVISTA com E. P. Thompson: “o espírito Wigh sem o elitismo”. In: BOURDIEU, Pierre et al. *Liber I*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 163-175.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- FORTES, Alexandre et al.. *Na luta por direitos*. Campinas: Unicamp, 1999.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond/Educs, 2004.
- GOLDTHORPE, John H. et al. *The affluent worker: industrial attitudes and behavior*. New York: Cambridge University, 1968, v. I.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.
- HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. In: *Da diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 131-159.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- HAY, Douglas. *Albion's fatal tree. Crime and society in eighteenth century England*. Londres, 1975.
- HOGGART, Richard. *As utilidades da cultura*. Lisboa: Presença, s.d.
- LEVE, Jean et al. Coming of Age in Birmingham: cultural studies and conceptions of subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, p. 257-282, 1992.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília, EdUNB/Marco Zero, 1988.
- . Introdução: formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987, p. 11-35.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003.
- MOISÉS, José Álvaro & MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou ‘patrão o trem atrasou’”. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1978, p. 9-86.

- MORAES, José G. V. & REGO, José M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder & TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês de 1835*. (edição revista e ampliada) São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- . *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAVAGE, Mike & MILES, Andrew. *The remaking of the British working class. 1840-1940*. Londres: Routledge, 1994.
- SCHWARTZ, Bill. The People in history: the Communist Party Historians Group 1946-1956. In: JONHSON, Richard (ed.). *Making histories: studies in history, writing and politics*. Londres: Hutchinsosn, 1982.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: CEN, 1966.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.
- . *Writting by candlelights*. Londres: Merlin, 1980.
- . *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica, 1984, p. 301-317.
- . *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3 v.

- THOMPSON, E. P. "The Making". *The New York Review of Books*, v. 38, n. 21, 19 dez. 1991.
- . *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a, p. 150-202.
- . Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998b, p. 267-304.
- . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001b, p. 227-267.
- . Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001a, 203-226.
- . Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001b, p. 227-267.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.
- WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (I). *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, n. 1, p. 7-13, 1978.
- . Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (II). *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, n. 2, p. 3-11, 1978a.
- . Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (III). *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 1, p. 11-18, 1979.
- . Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 65-105, abr.-jun. 1973
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.